



ARTIGO | DOSSIÊ

Nós: as condenadas da Terra?

We: The Wretched of the Earth?

Nosotras: las condenadas de la Tierra?

Luciane Tavares dos Santos
Marcio Caetano
José Valter Pereira (Valter Filé)

RESUMO

O estudo problematiza modos como jovens negras/os de favelas cariocas constroem táticas de *reconhecimentoexistência*, em uma lógica que é produtiva de inexistência, por meio de espaços educativos, sendo balizado teoricamente por Frantz Fanon, Lélia Gonzalez, Aquille Mbembe, Neusa Souza, Lia Schucman, Judith Butler, tendo a conversa como método, incluindo narrativas e observações. Os resultados revelam que ocupam/fazem usos desses espaços em busca de *reconhecimentoexistência* pela ascensão na sociedade de classes, o que não significa necessariamente desalienação socioeconômica ou da condição de negrura.

Palavras-chave: juventudes; interseccionalidade; cotidianos.

ABSTRACT

The study problematizes ways in which Black youth from Rio's favelas construct tactics of recognition of existence in a logic that is productive of non-existence through educational spaces, theoretically guided by Frantz Fanon, Lélia Gonzalez, Aquille Mbembe, Neusa Souza, Lia Schucman, Judith Butler and using conversation as a method, including narratives and observations. The results reveal that they occupy/use these spaces in search of recognition and existence through ascension in class society, but that this does not necessarily mean socioeconomic or condition of blackness disalienation.

Keywords: youth; intersectionality; everyday studies.

RESUMEN

El estudio problematiza las formas en que jóvenes negras de las favelas de Río construyen táticas de *reconocimientoexistencia* en una lógica productiva de la inexistencia a través de espacios educativos, teóricamente guiado por Frantz Fanon, Lélia Gonzalez, Aquille Mbembe, Neusa Souza, Lia Schucman, Judith Butler y con el uso de la conversación como método, incluyendo narrativas y observaciones. Los resultados revelan que ocupan/hacen uso de estos espacios en busca de *reconocimientoexistencia* a través de la ascensión en la sociedad de clases, pero que esto no

necesariamente significa desalienación socioeconómica ni de la condición de negritud.

Palabras-clave: juventud; interseccionalidad; cotidianos.

Indagações iniciais

Ousadamente parafraseando um título de Frantz Fanon (*Os Condenados da Terra* – 2022), questiono nesta produção nossa condenação nesta Terra e nosso saber sobre isto: e, quando digo nós, refiro-me sobretudo às pessoas negras. Somos condenadas? Sabemo-nos condenadas? O que estamos fazendo com o que fizeram de nós desde/com a colonização?

Neste texto trago reflexões sobre raça e ascensão social e econômica resultantes da/feitas com a pesquisa de doutorado finalizada em 2022 no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (SANTOS, 2022), na qual interroguei modos como jovens estão construindo redes, diante de perdas, mortes e ausências, e como estão construindo táticas de *reconhecimentoexistência* na lógica produtiva da inexistência por meio dos espaços educativos, como o Pré-vestibular Popular Construção (PVPC ou Pré), na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Manguinhos, Rio de Janeiro (RJ), no qual fui professora de redação de 2011 a 2022.

Busquei conhecer quem eram estes/as jovens de favelas do entorno da Fiocruz, notadamente favelas do Complexo de Manguinhos e do Complexo da Maré, e qual lugar ocupavam os espaços educativos, especialmente o PVPC, mas também as escolas e as universidades públicas, nas suas vidas. De que modos jovens de favelas cariocas buscam *reconhecimentoexistência*?

Para tal, problematizei os marcadores de diferenças e os modos como funcionam e se interseccionam nas dinâmicas cotidianas de *reconhecimentoexistência* de jovens das/nas favelas cariocas; busquei compreender os significados das temporalidades da vida nos projetos de jovens do Pré-vestibular Popular Construção; e discutir os sentidos atribuídos por essas jovens pessoas aos espaços educativos.

O que apresento são reflexões sobre raça e ascensão social e econômica oriundas/recortadas do trabalho realizado. A seguir, falo sobre os aportes teóricos e metodológicos pautados nos Estudos dos Cotidianos.

Nas favelas cariocas, (re)pensandofazendo pesquisa

Em 2018, nosso íntimo foi invadido pelo processo eleitoral que fez ascender ao posto de Excelentíssimo Senhor Presidente da República o candidato de número 17, Jair Messias Bolsonaro, e com ele uma chuva ácida (neo?)conservadora e a institucionalização da – peço perdão pela escatologia – tempestade de cocô como uma espécie de regime de verdade do governo da situação. Sua ascensão (2019 – 2022) impulsionou e fortaleceu o que há muito se escamoteava como não característico do Brasil sob a pretensa ideia de vivermos em uma democracia racial: o racismo.

Entre 2020 e 2023 (em que foi datado oficialmente o término), tivemos também uma pandemia que assolou a população mundial e, somente no Brasil, matou 704.794, sendo que, ao todo, 37.728.415 foram os diagnósticos confirmados desde 2020 (os números apresentados foram registrados em 1º agosto de 2023 no site oficial do Ministério da Saúde). Grande parte das pessoas que compõem estes dados são negras, mulheres e pobres (Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde/NOIS/PUC-Rio, 2020; Instituto Pólis, 2022; Rede Nossa São Paulo, 2021).

Nossos cotidianos, no entanto, vêm sendo operados por meio de políticas de morte com destino certo há mais tempo que isso, como pontua Valter Filé (2021, p. 4), para “beneficiar os bancos, o mercado financeiro e eliminar cada vez mais as populações mais desfavorecidas, principalmente a população negra”. Pensar com Valter Filé sobre as políticas de morte, levou-me ao historiador e cientista político camaronês Achille Mbembe (2018) e seu conceito de *necropolítica*: o poder de ditar quem vive, quem morre, quem pode ficar exposto à morte, especialmente por meio de armas de fogo.

Esse conceito se mostrou pertinente para a investigação, pois, embora pensado para contextos de guerra e estados de exceção (Mbembe, 2018), ressoava em um Brasil que experienciava um cenário de caos pandêmico, político, econômico, exacerbatamente de desigualdades sociais. Nas favelas no entorno da Fiocruz, as pessoas moradoras vivenciam, nas suas próprias palavras, cenários semelhantes aos de guerras vistas pela televisão, conflitos policiais, às vezes com intervenção militar, como os noticiados no Paquistão,

na Faixa de Gaza, na Coreia, não à toa tais nomes são transportados para nomear favelas ou pontos dentro delas.

Antes mesmo, portanto, já estávamos imersos em retrocesso, em cotidianos em que se diz e se repete (embora se negue na mesma proporção), de muitos modos, que a vida de algumas pessoas vale mais do que a de outras, refletindo sobre isso com a filósofa estadunidense Judith Butler (2020) e seus ensaios sobre *a precariedade da vida*. Pessoas pobres, negras, gays, lésbicas..., sequer reconhecidas como *vidas* a priori, se não com base em muitos esforços, viveram e muitas não sobreviveram ao aprofundamento da crise impulsionada pela ascensão de Jair Bolsonaro e pela pandemia.

Foi nesse contexto que as reflexões que povoam este artigo foram gestadas, um contexto efervescente de acontecimentos, rupturas, crises... Para dar conta disso, outro conceito foi importante: *a interseccionalidade*, cunhado pela professora estadunidense Kimberlé Crenshaw (1989, 1991, 2002), embora outras autoras e autores já tenham antes dela trazido a discussão, de diferentes formas, como o psiquiatra martinicano Frantz Fanon (2008) e a filósofa e historiadora brasileira Lélia Gonzalez (1984, 2020).

Frantz Fanon já falava em *Peles Negras, Máscaras brancas*, nos idos da década de 1950, sobre suas experiências como homem negro entre pessoas negras de classe média no Caribe e depois entre homens e mulheres brancas na França, enquanto Lélia Gonzalez (1984, 2020) discorre sobre experiências de mulheres negras, pobres, sobre o quanto estão sofrendo tanto com o sexismo e a misoginia quanto com o racismo e a opressão de classe, no que acrescento que também são vitimados homens negros, no caso da pesquisa, de favelas cariocas – não só com as questões raciais, de classe, mas das masculinidades, das sexualidades, territorialidades etc.

Kimberlé Crenshaw (1989, 1991, 2002) vai cunhar o conceito, então, na década de 1980, dentro do campo do Direito para problematizar as várias camadas de opressão que se sobrepõem operando para a exclusão sistemática de sujeitos tidos como minorias, especialmente no que diz respeito às violências experienciadas por mulheres negras. Ressalto que afirma o fato de as experiências de mulheres negras não serem consideradas nos estudos feministas, tampouco nos estudos antirracistas, com dimensões que se interseccionam, operando simultaneamente para a sua marginalização.

Segundo ela, a interseccionalidade vai tratar de como essas opressões se imbricam e devem ser pensadas simultaneamente, mesmo com suas distinções, mesmo que, enquanto conceitos ou categorias, tenham sido ou sejam frequentemente pensadas de modo individual.

A interseccionalidade (CRENSHAW, 1989, 1991, 2002), então, traz essa dimensão de enfrentamento político às opressões nos cotidianos ao mesmo tempo em que auxilia na produção de conhecimento em que tais opressões sejam trazidas nas suas imbricações.

Sabendo que tais conceitos são seminais ao estudo, digo também que a pesquisa é qualitativa, porque trabalha com algo que não é quantificável: as táticas, as astúcias, as experiências e os espaçotempos dessas experiências, tempo que não é exatamente cronológico e espaços que não são os instituídos, mas os espaços praticados pelas pessoas (CERTEAU, 2014).

Penso as táticas, as astúcias e as experiências a partir de/com Michel de Certeau (2014). Entendo com ele que as experiências são espaços de tensão, de disputa. As pessoas tidas como dominadas, no curso de suas experiências, isto é, daquilo que lhes passa, jogam o jogo de poder no cotidiano. Ao contrário do que muito se *pensa-diz*, não são/estão passivas ante o poder instituído, inertes aos acontecimentos inerentes à vida, tampouco aos seus desdobramentos. A existência de uma norma dominante, de um poder instituído, não exclui a presença de outras normas nem define os modos como essa norma dominante é recebida/recepcionada por elas, as pessoas que o teórico chama de praticantes.

A imposição de uma lógica capitalista, supremacista branca, sexista, LGBTIfóbica..., portanto, é manipulada pelas praticantes, que se aproveitam de suas brechas, golpeando-a, fissurando-a... para viver. Como defendo, na lógica produtiva da inexistência, lógica da produção do outro enquanto outro, ou enquanto fraco, as pessoas praticantes produzem suas existências, ou seja, criam em cima da ordem disciplinar que as quer passivas e dóceis, cimentadas em situação de subalternidade.

Diz Michel de Certeau (2014, p. 46): táticas são o contrário de estratégias e se constituem no tempo da experiência, apresentando “continuidades e permanências”, mas sendo também de difícil repetição, por mais que tenhamos esta ilusão. Enquanto as estratégias sempre partem de um

lugar de poder, as táticas jogam com “os acontecimentos para os transformar em ‘ocasiões’. Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas” (CERTEAU, 2014, p. 45). De modo geral, as táticas são a arte do fraco, são:

[...] vitórias do “fraco” sobre o mais “forte” (os poderosos, a doença, a violência das coisas ou de uma ordem etc.), pequenos sucessos, artes de dar golpes, astúcias de “caçadores”, mobilidades da mão de obra, simulações polimorfas, achados que provocam euforia, tanto poéticos quanto bélicos (CERTEAU, 2014, p. 46).

Complementa o teórico do cotidiano (CERTEAU, 2014, p. 95): “a astúcia é possível ao fraco” e se torna tática ante a submissão do fraco “à direção estratégica”. A tática e a astúcia são suscetíveis ao tempo, são possibilidades momentâneas não duráveis, não estocáveis, que se deixam ver na ordem vigente e que, muitas vezes, constituem conhecimento desconhecido pelas pessoas praticantes, o que as torna mais significantes.

Ao pensar astúcias e táticas na perspectiva certeuniana (2014), logo me vem o ditado *a ocasião faz o ladrão*. Parece-me que a sabedoria popular cotidiana, com este ditado, não faz mero julgamento moral, de valor, de caráter, mas ressalta a malícia, a esperteza, a artimanha de quem não perde chances e ludibria o acontecimento para conseguir o que deseja, escondendo-se tal qual o ladrão após o feito, não deixando revelar a si ou as suas táticas.

Seguindo tal perspectiva, não entendo tais sujeitos (praticantes) como objetos que lá estão para serem conhecidos; assumo uma pesquisa em coautoria, nos espaçostempos das experiências, deles, delas, minhas e do nosso encontro no texto, sem falar naqueles e naquelas que o leem (OLIVEIRA, 2016; GARCIA; ALVES, 2012; GARCIA, 2003).

Muitas/os jovens do PVPC se autodenominam, por exemplo, “crias de favela”, ou seja, falam por si sobre si mesmas/os, a partir das significações que fazem da sua origem, de onde vivem, exaltando, dando sentidos outros à favela, tida como inferior, marginal, confirmando que o espaço seria sempre praticado (CERTEAU, 2014), moldado pelos passos das pessoas que o habitam.

Concentro a produção de dados nos anos de 2018 a 2021. Entendo que “do ponto de vista dos dados empíricos, precisamos considerar tudo relevante se queremos dar conta da complexidade, sem fragmentá-la, assumindo parte dela como ‘dado’ e a outra como acidente ou acaso a ser descartado” (OLIVEIRA, 2016, p. 42). Então, considerei momentos em que estivemos juntos, eu como professora de redação e as/os jovens como alunos/as, em 01 ou 02 encontros semanais, em que dei 2 tempos de aulas de 50 minutos em cada turma, sendo que permanecia cerca de 4h na escola em casa encontro, contando intervalos, atendimentos individuais e eventuais reuniões.

Também momentos em que me buscavam via redes sociais digitais, como o Facebook, o WhatsApp, o Instagram, e-mail, para diálogos sobre redações ou outras questões do cotidiano escolar. Esse movimento via redes sociais digitais sempre ocorreu, mas se intensificou durante a pandemia, pois se tornou único modo de contato ante o isolamento social e a suspensão das aulas presenciais. Em meados de 2020, as aulas passaram a ser realizadas e organizadas por meio da Plataforma Google e por lá também trocávamos.

Tal qual trazem Beatriz Souza, Julia Gurgel e Nivea Andrade (2019), incluo a conversa como método e prática pedagógica: as conversas, fragmentos de minhas memórias de conversas coletivas e individuais tidas nos corredores da escola ou por meio de recursos virtuais.

Sobre a arte de conversar, Michel de Certeau (2014, p. 49) nos diz que: “é um efeito provisório e coletivo de competências na arte de manipular ‘lugares-comuns’ e jogar com o inevitável dos acontecimentos para torná-los habitáveis”. As conversas cotidianas, ou ordinárias:

[...] são práticas transformadoras “de situações de palavras”, de produções verbais onde o entrelaçamento das posições locutoras instaura um tecido oral sem proprietários individuais, as criações de uma comunicação que não pertence a ninguém. (Certeau, 2014, p. 49).

As conversas se colocam como metodologia interessante e já faziam parte da minha prática pedagógica, também pelo público, alunas/os jovens de um pré-vestibular e seu dinamismo. Há nelas uma potência que nos leva a caminhos inesperados, a questionamentos difíceis e a perguntas sem resposta

– o que pode ser motivo de medo para professoras/es. Contudo, talvez esse caminho se aproxime mais da consolidação de uma educação democrática.

A metodologia se apresentou no caminhar e foi sendo definida por ele. As observações, que entendo como participantes, também se colocaram como modo de pesquisar, pois não há outro modo de fazer pesquisa no cotidiano, sem participar dele (OLIVEIRA, 2016). Nelas exercitei a *escuta* (FREIRE, 2021); vozes outras tomaram centralidade, outros corpos e cenários ganharam vida. Observação e conversa se imbricaram.

Assumi também a ideia de “beber em todas as fontes” (OLIVEIRA, 2016), portanto, primeiramente, realizei um levantamento¹ para conhecer o que tem sido pesquisado envolvendo os cotidianos de juventudes de favela e as ideias de reconhecimento e de existência, que entendo como profundamente imbricadas, por isso cunhei o termo *reconhecimentoexistência*, numa tentativa de dar conta disso.

O levantamento revelou que tem se pesquisado as juventudes nas suas intersecções com: relações raciais (DIAS; DAYRELL, 2012); práticas artísticas populares (FARIA; DAYRELL, 2017; PINHEIRO, 2015); privação/restrrição de liberdade (ALMEIDA; LEÃO, 2019; SANTOS, 2015); (re)inserção escolar em coletivos sociais/pré-vestibular popular, EJA/projetos de futuro (HAMANN; CONSONI; ALCÂNTARA; GRAMALHO; DIPP, 2019; GONÇALVES, 2018; GODOI, 2017; SILVA, 2017; SILVA, 2016; PERONDI, 2015; MASCARENHAS, 2015; FERRARI, 2015; PAULA, 2011); divisão sexual/generificada do trabalho (GODINHO, 2015); relações conceituais entre experiência e educação popular, construção de uma educação popular que inclua outros *espaçostempos* cotidianos para além da escola (MELO NETO, 2010; FRANZI, 2010; ALVES, 2013).

Incorporei ao texto dados produzidos pelo PVPC, por meio do Google Formulários: informações pessoais, socioeconômicas, necessidades educacionais especiais, de saúde no geral etc.; redações feitas em 2019, 2020 e 2021; narrativas de ex-alunas/os do PVPC, atualmente professores/as, feitas

¹ SciELO (Scientific Electronic Library Online); ANPEd (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação); Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; Pré-vestibular Popular Construção.

em um minicurso interno e remoto sobre relações étnico-raciais e educação antirracista em meados de 2021.

Elaborei Termo de Ciência para as instituições envolvidas – o PPGEd-UFF e o PVPC – e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – para as pessoas participantes – conforme as resoluções vigentes sobre ética em pesquisa na área de Ciências Sociais e Humanas, tais sejam a resolução 466/2012 e a 510/2016. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas da UFF (Certificado de Apresentação para Apreciação Ética: 50381321.5.0000.8160/Parecer Consubstanciado: 4.995.767). A seguir, algumas reflexões sobre (des)alienação da condição negra e ascensão social de jovens de favelas cariocas praticantes do espaço educativo Pré-vestibular Popular Construção.

Negrura e ascensão social: “achei tudo lindo, mas o que é necropolítica?”

“Ai!” Foi a única palavra que consegui pensar naquele momento. Era uma edição do Seminário de Pré-vestibulares Populares do Rio de Janeiro, ano de 2020, que ocorria no modo remoto, on-line, no auge da pandemia da covid-19. Um homem palestrava e lá pelas tantas solta a palavra “necropolítica”, sem explicar muito bem o que era aquilo.

Terminada a fala do palestrante, abriu-se para o debate e foi aí que veio o que chamei de porrada de realidade. Uma aluna do Pré pediu para falar, afetuosa que é, elogiou tudo, mas disse que uma dúvida havia a deixado encafifada: o que é este negócio de necropolítica? Ela é uma das alunas da melhor idade, já passou dos 60, mas, de fato, não lhe falta juventude, se esta também pode ser entendida como um modo de viver.

Estava ali porque gosta de aprender, de ouvir, gosta de estar junto dos seus, como já disse algumas vezes, e superou o medo que antes habitava seu corpo: o medo de perguntar, de (não) saber, o medo de, efetivamente, existir. Superou/negociou com o medo e voltou a estudar à noite depois de penar tanto em casas de famílias ricas da cidade, tudo isso enquanto lida com as

oscilações de um corpo cujas pernas insistem em não acompanhar o desejo por aventuras.

A pergunta dela deixou boquiaberto o palestrante, jovem, negro, pobre, de favela, e o fez pensar se sua linguagem aproxima ou afasta corpos que diz defender, corpos como o da aluna do Pré, uma mulher, idosa, branca encardida (SCHUCMAN, 2020), pobre, de favela... evangélica; cristã como grande parte das pessoas que frequentam o Pré. O que é necropolítica?

A sala do Pré nos dá uma amostra disso que ressoa nos nossos corpos, de modo vivo, vivente ou em forma de defunto, a la “Um morto muito louco”, que carregamos para cima e para baixo: muitos dos ideais cristãos nos guiam e/ou atormentam. No Brasil, atribuiu-se sobretudo às pessoas cristãs (como a aluna) a ascensão de Jair Messias Bolsonaro, como se fizessem parte de um imenso grupo formado por iguais, grupo homogêneo, não conflitante. Não é à toa, o slogan diz “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

Do mesmo modo, atribuímos a tais pessoas características e modos de vida conservadores, como o apreço ou a defesa do casamento, sobretudo religioso, e da família, da maternidade/paternidade como metas a serem alcançadas para o *reconhecimentoexistência* na sociedade, que são, de fato, vistos assim por muitas das/dos jovens, para além de serem tidos como ritos de passagem para a vida adulta.

O agora ex-presidente Bolsonaro foi eleito com gritos de *gays querem acabar com a família, querem mudar o sexo das crianças, as escolas fornecem mamadeiras em formato de piroca* (notícias falsas que marcaram as eleições de 2018), *a juventude está perdida*, mas nas salas de aula do Pré grande parte do público é formado por pessoas jovens, cristãs, católicas ou evangélicas que pensam diferentemente disso. Obviamente há algumas com dificuldades extremas de conviver com àquelas que não congregam em igrejas, muitas porque delas foram expulsas, concreta ou simbolicamente, em função da sua orientação sexual, mas não são todas ou a maioria. Há tensionamentos.

Algumas situações ilustram o que tento demonstrar. Em uma delas não estava presente, mas fui convidada pela turma a tomar partido quando cheguei à escola: um caso de homofobia. Um aluno mais velho, branco, segundo me narravam, “estranho e crente bitolado”, entrou em uma discussão com um aluno, negro, de pele clara, gay. Interessante que uma aluna jovem,

evangélica, heterossexual, negra, de pele mais escura, saiu em defesa deste jovem, seu amigo. Junto com ela, uma aluna branca, heterossexual e seu namorado, um jovem branco encardido (SCHUCMAN, 2020), com fortes traços indígenas, ambos de uma igreja católica.

Seus corpos eufóricos contavam que foi “tiro, porrada e bomba” e que *não deixaram por menos*. Lembro-me da aluna evangélica dizendo que era crente, mas que não era sem noção e outras formas de discursos em defesa da existência do amigo. Seus corpos estavam exaustos e chateados, pediam que, como autoridade, fizesse em sala de aula alguma ação para aquilo que havia acontecido nos corredores: uma punição.

Em outra situação, no contexto da eleição presidencial de 2018, em um grupo criado pela turma no WhatsApp, no final de semana, outro aluno, também mais velho, preto, evangélico, bolsonarista declarado, do tipo que divulgava Fake News e berrava que Jesus estava voltando, arrumou uma tremenda confusão com uma aluna tímida, com um foco absurdo nos estudos, também preta, que muito depois disso revelou que seu corpo era atravessado por uma orientação sexual tida como desviante.

Pedi a ela que me recordasse sobre o evento em uma conversa pelo WhatsApp em 2022. Ela me disse que o colega sempre fazia aquilo, fugia do propósito do grupo de estudos e naquele dia comemorava a vitória de Bolsonaro sob argumento de ter liberdade para dizer/fazer o que bem quisesse. No grupo, ele respondeu normalmente, mas ela me relatou que ele lhe mandou “várias mensagens escrotas” no privado: “tirei print de tudo e mandei no grupo expondo ele, aí ele ficou puto por ter sido exposto e começou a confusão lá também”.

Quando entrei na discussão para orientar o colega sobre a tolerância zero do curso com desrespeito e fobias diversas disfarçadas de opinião, não sabia do assédio que a aluna relatou em conversa posterior. Levei a questão aos coordenadores, uma conversa foi marcada, um pedido de desculpas foi exigido, assim como foi exigida uma mudança de comportamento para a permanência no curso. O aluno disse que aceitava, mas não aceitou de fato. Saiu do grupo no momento da discussão se dizendo vítima de um ataque, fugiu do conflito que buscou. Disseram-lhe “sustenta tuas gracinhas” ou “assume

seus BOs” (gíria que faz alusão ao boletim de ocorrência policial), mas apenas postou indiretas em redes sociais e sumiu.

A aluna disse que depois disso tudo, da exposição, da confusão, ele ainda lhe mandou longos áudios, que ela não ouviu. Pessoalmente nunca lhe procurou para trocar farpas, segundo refletiu “acho que ele não sabia quem era eu”. Não se sentia muito bem no Pré, me confessou, porque seu foco estava no futuro, na carreira. Os usos que fazia do Pré não incluíam brincar ou participar de brigas.

Eu mesma, em uma das primeiras turmas, passei por uma situação que me irritou bastante. Um aluno, branco, de não mais do que 16 anos, me acusava de ser uma *feminazi* – um termo, que mistura as palavras feminista e nazista, resignificando e atrelando o sentido de ambas. Não o fez cara a cara, com coragem, mas em uma redação com passivo-agressividade. Lembro-me até hoje do meu eu-de-20-e-poucos-anos lendo que feministas lutavam para mostrar os peitos na rua, que eram umas vadias e que deveriam estar em casa, no tanque, lavando cuecas de seus maridos.

Mesmo não reconhecendo minha autoridade enquanto mulher, ainda, sendo um aluno branco e eu a professora negra, respirei fundo e montei um plano de ação: tratar a questão, mas com cuidado e com a ajuda dos colegas coordenadores. O meu corpo ficou exausto e irritado, minha existência estava em xeque. O aviso foi dado pelos colegas homens: aqui dialogamos, acolhemos o erro, mas algumas coisas não são e não podem ser negociáveis.

Alunas/os usarem redações para, digamos, me provocar não é raro. A última, em 2019, era uma nota de repúdio motivada pelo fato de eu ter solicitado, pela primeira vez, a presença de mãe/pai/familiar no curso. A escritora era uma aluna negra, muito magra, porque não tinha apetite, que pouco bebia água, dormia por longas horas, tinha o corpo adoecido, mas gostava de estar no Pré.

Depressão, ansiedade, estresse pós-traumático por conta de situações de tiroteio? Poderia ser apenas um, eram os três. Inflexível, sacodia as pernas na cadeira, de braços cruzados, dizia ser adulta por ter 21 anos e que sua mãe não deveria ser chamada, mas a situação exigia de nós aquela conversa, uma vez que anunciava uma tragédia. Começava ali uma luta para incluir uma psicóloga na equipe, pois cada vez mais apareciam jovens, cada vez mais

jovens, com questões como ansiedade e depressão, necessitando de acolhimento e informações sobre saúde mental.

Essa aluna me contou que sua situação de saúde foi diagnosticada por membros de uma igreja como possessão, demônio no corpo. O tratamento para quem está com o diabo no corpo é oração, sessões de exorcismo. Para completar, perguntava-me sobre religiões de matrizes africanas e espiritismo em uma tentativa de organizar/entender algumas falas recheadas com preconceitos diversos, entender a si mesma, talvez reduzir culpas.

Essas situações convergem para o mesmo, o que se está discutindo é qual vida vale. Por que jovens homens, pretos ou brancos de favelas *praticamreproduzem* discursos de aniquilamento de corpos de jovens mulheres, negras, suas vizinhas? Ante as sistemáticas investidas de aniquilamento, quem enxerga os transtornos psicológicos na vida de mulheres e homens jovens sem classificá-los como agressividade? Quem enxerga alguns dos motivos que as fazem querer desistir da vida – que sequer é tida como vida – embutidos em redações, atitudes ou comportamentos corriqueiros na escola?

Do mesmo modo, a adesão a discursos conservadores motiva jovens homens e mulheres negras de favela a desistir, a sair do curso gritando que não há liberdade de expressão, que não se pode dizer mais nada hoje em dia que é racismo, fazendo-os/as funcionar como sustentáculos do que também lhes atravessa/prejudica.

Um exemplo disso são alunos/as negras que já passaram pelo curso se dizendo contra cotas nos vestibulares: cotas deveriam ser sociais. Isso denota, além alienação sobre sua condição de subalternidade, desconhecimento de que as cotas são sociais, uma vez que se deve comprovar renda per capita bruta igual ou inferior a R\$1.353 para concorrer as vagas reservadas – ressaltando-se que este valor é a referência média brasileira e não representa necessariamente a renda das famílias, que vivem com salário-mínimo, atualmente fixado em R\$1.320 (desde 1º de maio de 2023), ou menos, advindo de renda informal, realidade de 40% das pessoas ocupadas no Brasil em 2020, de acordo com dados oficiais (IBGE, 2022).

A distribuição de vagas da UERJ comprova: há porcentagens de 20% tanto para pessoas pobres e de escola pública, quanto para negras, indígenas

e quilombolas, havendo ainda reserva de 5% para pessoas com deficiência e descendentes de agentes de segurança pública (militar, civil, bombeiro, penitenciário...) morta/o ou incapacitada/o em serviço.

As cotas raciais – a ideia de reparação histórica – incomodam e uma das explicações que encontro, com base nesses discursos, é uma busca por dignidade, que nada mais é do que uma busca por *reconhecimentoexistência*. Vende-se uma ideia, no cotidiano, de que um corpo negro aceitar cotas significa aceitar esmola, além de significar ser menos inteligente, ou seja, seria um atestado material da inferioridade instituída pela colonização e reiterada até hoje. Sobretudo, há a ideia de que é preciso obter sucesso individualmente, solitariamente, empreender em si, por si, no sistema capitalista. Aceitar ajuda do governo – como se as cotas fossem isso –, de muitos modos, portanto, significa ser menos, ao menos nesta lógica.

Como diz Luiz Rufino (2019, p. 9), “[...] o estatuto de humanidade empregado ao longo do processo civilizatório colonial europeu no mundo é fundamentado na destruição dos seres não brancos”; destruição, complemento, que inclui não somente a eliminação física, mas simbólica, eliminação<>enclausuramento de seus corpos e conhecimentos, submetendo-os ao sistema mundo que chamo de *outrofóbico*.

Ser cristão é uma das formas de ser considerado humano nesse sistema, isto é, de ser um corpo digno, o que significa encarcerar-se, esquecer-se de si, converter-se “[...] à complacência e à resignação do *ethos* cristão-católico” (RUFINO, 2019, p. 11, grifos do autor). Ser homem e heterossexual são também formas de ser considerado humano, ser inteligente, isto é, ser reconhecido sujeito do/de conhecimento também, uma vez que são negadas as condições de ser e de saber às pessoas negras tidas como outras. Já que ser branco, na pele, nas feições, enfim, na brancura, é impossível para corpos não brancos, resta a neurose de tentar parecer (FANON, 2008; SCHUCMAN, 2020; SOUZA, 2021) para ter *reconhecimentoexistência*.

Também é negada a condição de poder, como resume Lia Schucman (2020, p. 132), “não adianta ter educação, casa de tijolo e ascensão social, pois quando adquirir isso a raça será o fator de interdição do sujeito [negro] ao grupo da elite”. O lugar simbólico da branquitude, “o lugar de poder, de vantagem sistêmica nas sociedades estruturadas pela dominação racial”

(SCHUCMAN, 2020, p. 140), não será habitado por corpos negros. A armadilha está posta.

Se a brancura e a branquitude são indispensáveis à desmarginalização de corpos tidos como outros, a dignidade, que buscam corpos negros em favelas cariocas, seria uma tentativa de constituir-se de poder para ser/adquirir *status* de gente, de humano.

De acordo com o dicionário Aulete (2022), *dignidade* é uma qualidade moral que infunde respeito. No dicionário, fala-se em honra, autoridade, decência, decoro, até em majestade e em funções eclesiásticas; curioso, suas significações passam pela Igreja e pela Monarquia, o que me leva a pensar que ser um corpo digno é ter alto grau de prestígio social, de aceitação, de merecimento. Quando busco a palavra *digno*, percebo que ela apresenta como antônimo *ignóbil*, cujas significações incluem não ter nobreza de caráter, ser desprezível, vil, vergonhoso, infame, ordinário – este último certamente não no sentido de comum, como nos traz Michel de Certeau (2014).

A busca por ser corpo digno ou ter dignidade está poluída da neurose que coloca o branco como ideal (SOUZA, 2021; FANON, 2008), não é possível ser diferente estando sob um sistema que tem o branco como norma. Frantz Fanon (2008) se apropria da psicanálise para pensar os efeitos subjetivos do colonialismo, que alienou pessoas de origem africana (também indígena) de sua condição de humanidade, mantendo-as sob o jugo da inferioridade em relação às brancas de origem europeia. Ele denuncia este ser universal e acrescenta, à inovação de Sigmund Freud – isto é, a substituição de uma tese universal pela dimensão individual –, que a questão do negro não é individual apenas, é também social, sociogenia.

Imagem 1 – sociogenia fanoniana



Fonte: Elaborado pela autora com base em Fanon (2008).

O sofrimento ao qual está submetido o corpo negro é, portanto, uma herança da colonização, o negro é outra; afinal de contas, o negro é uma invenção, um signo criado por escravagistas para negar a condição de humanidade de pessoas africanas (e indígenas, no caso das Américas) e assim justificar toda sorte de abusos e violações de seus corpos em nome do que chamaram modernidade.

Os efeitos subjetivos do colonialismo ainda repercutem em nossa sociedade, em nossos corpos, sejam eles das cores simbólicas que forem; como defendido por Frantz Fanon (2008), o colonialismo impôs “ao negro um desvio existencial”. Digo simbólicas, porque as palavras estão carregadas de sentidos, poluídas de significados atualizados permanentemente no cotidiano.

O que é o preto e o branco fora da lógica colonialista? Nem são cores, de acordo com a Física, porém, na pele, imprimem mítico significado para ambos, corpos negros e brancos, e todos que flutuam entre estes dois extremos. Contudo, embora ambos, pretos e brancos, sejam racializados (FANON, 2008; SCHUCMAN, 2020; SOUZA, 2021), apenas uma cor tem significação atrelada à animalidade, à pobreza, à falta de direito ao poder, entre outras significações negativas em relação ao branco, por sua vez, positivo nesse sistema dicotômico e hierárquico (SOUZA, 2021).

Fugir tem um preço. Ser corpo digno, isto é, ter alto grau de prestígio social, é ser o melhor, é perder a cor, é negar raízes, tradições negras, não falar de racismo, fingir que não existe (SOUZA, 2021). Quando converso com

as/os alunas/os do Pré ou quando leio suas narrativas, noto, à semelhança de Souza (2021, p. 108), que tem lhes custado ainda “o processo de ascensão social numa sociedade multirracial, racista e de hegemonia branca”.

O sonho de ascender socialmente via educação institucional exige da menina, negra, pobre, esconder seu corpo, sua sexualidade, virar noites estudando, em silêncio, entorpecida de café e alimentando-se de livros; exige de outra trabalhar duas vezes mais, se sentir inferior, burra, por não conseguir passar em um concurso público, por cursar uma universidade privada, por usufruir de ações afirmativas; além de exigir fingimento acerca do adoecimento psíquico-social reflexo do cotidiano bélico; e ainda a adesão a uma estética e ética trabalhador e cristão em contraste com outra associada ao ser bandido, vagabundo, favelado... ou trabalhadora e cristã em contraste com a piranha, vadia, funkeira, *marmita de bandido*, favelada... A armadilha está posta.

Baseando-me em Frantz Fanon (2020), reflito que o sonho de ascensão social exige fugir da precariedade que é imposta e o embranquecimento é o preço pago. Quanto mais se afastam do que é considerado “coisa de preto” mais próximo ficariam do que seria “coisa de branco”.

Em uma aula, tive a ideia de promover um debate a partir de uma pergunta que parece, mas não é inocente: “funk é cultura?”. Entre berros e dificuldades para se ouvirem, grande parte das/os jovens, de favela, pessoas negras, discutiam e decretavam que funk era lixo e outros sinônimos negativos, que colavam o funk à promiscuidade, à exaltação ao crime, à falta de valor etc.

Na discussão sobre o tema de redação Enem 2016, *Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil*, não foi distinto e os dados confirmavam: as religiões afro-brasileiras lideravam o ranking da intolerância. De acordo com Caetano, Santos e Sousa (2022, p. 461), sobre táticas de resistências de praticantes de religiões de matrizes africanas no cyberspaço, “o país ainda opera massivamente pela lógica do embranquecimento, [...] pelo enaltecimento da estética de pessoas brancas, suas formas de ser e ver o mundo, sua cultura e modo de experienciar a espiritualidade”.

O funk hoje, como o samba no pós-abolição, as religiões afro-brasileiras, dentre outras manifestações culturais *afro* ainda são sufocadas, diminuídas ou rechaçadas na sociedade. As alunas/os que defendiam o funk, na ocasião do

debate, falavam bem mais em preconceito de classe, não associavam as críticas e rechaço a fatores raciais, quiçá aos processos de colonização.

Não à toa seguiam atribuindo à pobreza o gosto por músicas consideradas “baixa cultura” ou sequer consideradas produções culturais. Embora todas/os ali compartilhassem o fato de serem pobres, de favela, algumas pessoas rechaçavam a associação com qualquer manifestação cultural de lá advinda para delas se descolar. O complexo de inferioridade, de acordo com Frantz Fanon (2020) e Neusa Santos Souza (2021), ambos psiquiatras, faz com que o sujeito negro alienado de si busque se aproximar do branco, em todos os campos da vida, em busca de reconhecimento.

Indagações finais

Na favela, a lógica mais produtiva é a da eliminação, física e simbólica. As/os jovens de favelas cariocas foram ensinadas/os que aquele “*o que você quer ser quando crescer?*” também as/os incluía, no entanto chegar à vida adulta *de fato* é uma dúvida para muitas/os. Talvez a resposta à pergunta seja “*quero ser gente digna*”, que se revelou nas conversas de muitos modos.

Nas brechas cotidianas, então, vão se produzindo para ter o socialmente vendido como necessário para ser *gente digna*: diploma, comida na mesa, família, casamento feliz, casa própria... isso passa, muitas vezes, por sair da favela, estigmatizada e sustentada como lugar de pobreza, de vulgaridade, da cultura que se despreza, para além do estigma da bruta violência. O desejo de sair da favela simbolicamente representa deixar de ser a vida desprezada, ou, fazendo alusão a Fanon, deixar de ser pessoa condenada nesta Terra.

Se não somos, devemos tentar parecer. A adesão a uma norma que é branca é uma espécie de neurose fundada, edificada e mantida pelo colonialismo, que fez e continua fazendo com que pessoas subalternizadas enxerguem a realidade de modo distorcido, como um dos seus efeitos; repercutindo na construção de suas subjetividades, experiências, influenciando no modo como são ou não são reconhecidas até hoje.

Sendo a brancura impossível para *não brancos*, cabe o simbolismo, a neurose e sofrimento de tentar parecer para ter passabilidade enquanto ser. Ascender ao *status* de humano custa para muitos corpos a perda da cor, a negação de traços negroides – conflitos com o cabelo crespo ou com o nariz,

por exemplo –, a negação da herança cultural africana, o silenciamento no que tange ao racismo.

A ascensão socioeconômica nem sempre traz desalienação, pelo contrário. A pessoa pobre assume responsabilidade pela sua condição de pobreza e a ascensão é justificada pelo investimento individual e/ou familiar. Essa ideia de mérito, sobretudo no caso das pessoas negras, reflete na permanência da alienação individual sobre sua condição de negrura e, conseqüentemente, impacta nos processos coletivos de *reconhecimento* e *existência* de outras pessoas negras.

Contudo, embora haja sofrimento no enfrentamento consigo e com a sua realidade, muitas/os jovens estão rompendo com um viver que é violento e que lhes situa no campo da violência, como aquelas/es condenados/as a sofrer e a serem eliminados/as. Muitas/os irrompem nas brechas, nas fissuras dessa lógica que diz deles/as a partir de binarismos hierarquizantes – negro/branco, rico/pobre, homem/mulher, hetero/gay/lésbica, másculo/afeminado... –, impondo suas existências encarnadas, exigindo o reconhecimento que lhes é devido.

Referências

ALMEIDA, Jorddana Rocha de; LEÃO, Geraldo Magela Pereira. Experiências e projetos de futuro de jovens em semiliberdade. *In*: Reunião Anual da ANPEd, 39., 2019, Niterói. *Anais* [...]. Disponível em: http://39.reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/sites/3/trabalhos/4954-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf. Acesso em: 20 jul. 2021.

ALVES, Pablo Oliveira dos Santos. *Passeios escolares: redes, navegações e aventuras do existir para jovens expedicionários*. 2013. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) – Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2013.

BRASIL. *Resolução 466*, de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.

BRASIL. *Resolução 510*, de 7 de abril de 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CAETANO, Marcio; SANTOS, Luciane Tavares dos; SOUSA, Nilcélio Sacramento de. A (re)existência macumbeira nos espaçostempos das redes sociais: Facebook e Instagram. *ETD – Educação Temática Digital* [S. l.], v. 24, n. 2, p. 451–471, 2022. DOI: 10.20396/etd.v24i2.8660184. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8660184>.

Acesso em: 4 nov. 2022.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, 10 (1), p. 171-188, 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. *Stanford Law Review*, 43 (6), p. 1241-1299, jul. 1991.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, v. 1989, n. 1, Article 8, 1989.

DIAS, Fernanda Vasconcelos; DAYRELL, Juarez Tarcísio. Além da suposta inexistência: as sutilezas das relações raciais e suas repercussões no cotidiano escolar de jovens estudantes do ensino médio. *In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED*, 35., 2012, Porto de Galinhas. *Anais [...]*. Disponível em:

http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT21%20Trabalhos/GT21-1763_int.pdf. Acesso em: 19 jul. 2021.

FANON, Frantz. *Black skin, White masks*. Traduzido do francês por Richard Philcox. New York: Grove Press, 2008. e-book.

FANON, Frantz. *Pele negra, Máscaras brancas*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FARIA, Ivan; DAYRELL, Juarez Tarcísio. Socialização e formação artística em dança: experiências de jovens de origem popular em Salvador, Bahia. *In: Reunião Anual da ANPEd*, 38., 2017, São Luís. *Anais [...]*. Disponível em:

http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT03_808.pdf. Acesso em: 20 jul. 2021.

FERRARI, Gláucia Maria. O PROEJA e a pedagogia da alternância em institutos federais: a experiência do IF baiano – campus Santa Inês. *In: Reunião Anual da ANPEd*, 37., 2015, Florianópolis. *Anais [...]*. Disponível em:

<http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/P%C3%B4ster-GT18-4449.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.

FILÉ, Valter. Editorial. *Revista Conexões*, ano III, n. 3, 2021.

FRANZI, Juliana. Aprendizagem dialógica na educação de pessoas jovens e adultas: entrelaçando experiência e educação. *In: Reunião Anual da ANPEd*, 33., 2010, Caxambu. *Anais [...]*. Disponível em:

<http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20e m%20PDF/GT18-6566--Int.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2021.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 77. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021.

- GARCIA, Regina Leite; ALVES, Nilda. A necessidade da orientação coletiva nos estudos sobre cotidiano – duas experiências. *In*: BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto (Org.). *A Bússola do Escrever – desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações*. 3. ed. Florianópolis/São Paulo: Editora da UFSC/ Cortez Editora, 2012. p. 264-303.
- GARCIA, Regina Leite. A difícil arte/ciência de pesquisar com o cotidiano. *In*: GARCIA, Regina Leite (org.). *Método, métodos, contramétodo*. São Paulo: Cortez, 2003.
- GODINHO, Ana Cláudia Ferreira. Experiências de trabalho de mulheres estudantes do PROEJA. *In*: Reunião Anual da ANPEd, 37., 2015, Florianópolis. *Anais [...]*. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT18-3763.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.
- GODOI, Renan Saldanha. Jovens do sistema socioeducativo: singularidades, percursos biográficos e experiências de escolarização. *In*: Reunião Anual da ANPEd, 38., 2017, São Luís. *Anais [...]*. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT03_1095.pdf. Acesso em: 20 jul. 2021.
- GONÇALVES, Fernando Caldeira. *Pré-Vestibular Popular Construção: Transformações nas Trajetórias de Estudantes da Mangueiras – RJ*. 54 f. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, p. 223-244, 1984.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano – ensaios, intervenções e diálogos*. Organização Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HAMANN, Cristiano; CONSONI, Mariana; ALCÂNTARA, Renata; GAMALHO, Andressa; DIPP, Renata Plácido. Consultoria em Psicologia Escolar: Relato de Experiência em Curso Pré-Vestibular. *Psicol. Esc. Educ.*, Maringá, v. 23, p. 01-04, 2019.
- IBGE. PNAD Contínua/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. 2022.
- MASCARENHAS, Luciana Brandão Oliveira. Significados da experiência de re-inserção escolar: o Programa Projovem Urbano na perspectiva de seus protagonistas. *In*: Reunião Anual da ANPEd, 37., 2015, Florianópolis. *Anais [...]*. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT18-4397.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.
- MELO NETO, José Francisco. Educação Popular e experiência. *In*: Reunião Anual da ANPEd, 33., 2010, Caxambu. *Anais [...]*. Disponível em: <http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20e%20PDF/GT06-5968--Int.docx.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2021.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica – biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. 8. reimp. São Paulo: n-1 edições, 2018.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Cotidianos aprendentes: Nilda Alves, Regina Leite Garcia e as lições nos/dos/com os cotidianos. *Momento*, v. 25, n. 1, p. 33-49, jan./jun. 2016.

PAULA, Cláudia Regina. O caso do Pré-Vestibular para Negros e Carentes Diocese de Duque de Caxias, Jornal Pilar, 1990. In: Reunião Anual da ANPEd, 34., 2011, Natal. *Anais [...]*. Disponível em: <http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT21/GT21-304%20int.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2021.

PERONDI, Maurício. Experiências de participação social de jovens e sentidos atribuídos às suas vidas. In: Reunião Anual da ANPEd, 37., 2015, Florianópolis. *Anais [...]*. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT03-4589.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.

PINHEIRO, Leandro R. Identidades e individuação na prática do break: narrativa sobre as experiências de jovens do Restinga Crew. In: Reunião Anual da ANPEd, 37., 2015, Florianópolis. *Anais [...]*. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT03-3681.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.

RODRIGUES, Henrique José Alves. Linguagem e práticas de escrita no campo da educação de jovens e adultos: a primazia da experiência do sujeito. In: Reunião Anual da ANPEd, 37., 2015, Florianópolis. *Anais [...]*. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/P%C3%B4ster-GT18-4638.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.

RUFINO, Luiz. *Pedagogia das encruzilhadas*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SANTOS, Pollyana dos. Trajetórias juvenis de mulheres em privação de liberdade e experiências escolares: os sentidos produzidos nos encontros e desencontros com a escola. In: Reunião Anual da ANPEd, 37., 2015, Florianópolis. *Anais [...]*. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT03-4391.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o Encardido, o Branco e o Branquíssimo*: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Veneta, 2020.

SILVA, Marcelo Corrêa da. *A utilização de simulados seguindo o modelo do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como ferramenta de avaliação e preparação em pré-vestibular social*. CEDERJ, Duque de Caxias, 2016.

SILVA, Humberto Salustriano da. Trajetórias escolares, segregação urbana e efeitos de uma educação descolonial: a experiência de estudantes do Pré-Vestibular Comunitário do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – Rio de Janeiro. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 38., 2017, São Luís. *Anais [...]*. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT03_687.pdf. Acesso em: 20 jul. 2021.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SOUZA, Beatriz; GURGEL, Julia; ANDRADE, Nivea. Com as juventudes: conversas como metodologia de pesquisa e uma aula como conversa. *In*: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 15, 2019, Salvador. *Anais* [...]. Disponível em: <http://www.xvenecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-484/112281.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2021.

Recebido em: 30/10/2023.

Aceito em: 01/12/2023.

Luciane Tavares dos Santos

Doutora em Educação UFF, Pesquisadora LEAM-UFF/POC's-UFPeI, Professora SME-RJ, Psicanalista em formação.

 tavaressluciane@gmail.com

 <https://lattes.cnpq.br/2013068653613099>

 <https://orcid.org/0000-0002-2864-3492>

Marcio Caetano

Docente da UFPeI, atua no Departamento de Ensino e no momento é coordenador-adjunto do PPGE. É Professor Visitante no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS. É líder do POC's-UFPeI e Coordenador do Centro de Memórias LGBTI João Antônio Mascarenhas (UFPeI, UFES & Grupo Arco-Íris-RJ).

 mrvcaetano@ufpel.edu.br

 <http://lattes.cnpq.br/2262480943131351>

 <https://orcid.org/0000-0002-4128-8229>

José Valter Pereira (Valter Filé)

Professor Associado da UFF - Faculdade de Educação/SSE - Professor do quadro permanente do PPGED da UFF. Líder do LEAM.

 valterfile@gmail.com

 <http://lattes.cnpq.br/7309500118972901>

 <https://orcid.org/0000-0002-1765-5930>